

Público

26-02-2016

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Saúde

Dimensão: 1229

Imagem: S/Cor

Página (s): 14

Há 800 milhões de euros por ano mal gastos na Saúde

Ministro Adalberto Campos Fernandes calcula que “má utilização decorrente de desperdício ou de fraude” consuma dez por cento do Orçamento que é reservado pelo Estado ao sector

Despesa pública Alexandra Campos

Cerca de um décimo do Orçamento para a Saúde é mal utilizado em cada ano, por desperdício ou fraude, calcula o ministro Adalberto Campos Fernandes. Serão, contas por alto, 800 milhões de euros por ano. “Só naquilo que é a má utilização decorrente de desperdício ou de fraude, nós não temos dúvidas nenhuma em afirmar que, provavelmente, dez por cento do Orçamento total da Saúde estará perdido nesses domínios”, afirmou ontem Adalberto Campos Fernandes, numa conferência organizada pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal, em Lisboa.

A luta contra a fraude e o desperdício é justamente uma das áreas prioritárias para o ministro que, em Dezembro passado, falando no âmbito do Dia Mundial de Combate à Corrupção, admitia que “a fraude na saúde é endémica”. Agora, o ministro voltou à carga, ao reconhecer, citado pela TSF, que há “muito dinheiro perdido nos interstícios”, tendo em conta a média anual de cerca de oito mil milhões de euros que o Orçamento do Estado destina para a Saúde. Ao longo deste ano, o ministro espera poder recuperar já uma parte desta verba.

Em Dezembro, Adalberto Campos Fernandes deu algumas indicações sobre as áreas que vão merecer especial atenção: a contrafação de medicamentos e a falsificação de receitas, além da monitorização dos subsistemas públicos de saúde, com destaque para a ADSE, devido ao elevado número de beneficiários que abrange. Também sob vigilância especial, disse então, ficam o sistema de gestão de inscritos para cirurgia, a aquisição de dispositivos médicos e de equipamentos e ainda a adjudicação de obras. Em Janeiro, criou o Grupo de Prevenção e Luta contra a Fraude no Serviço Nacional de Saúde (SNS), com o âmbito de actuação alargado a outras áreas, como os cuidados continuados, os cuidados respiratórios domiciliários, a hemodiálise e o transporte de doentes.

Ao mesmo tempo, reconheceu os esforços do seu antecessor, Paulo Macedo, no combate à fraude na saúde. No Verão do ano passado,



O Governo acredita que será possível travar boa parte do desperdício na Saúde já este ano

Inspecção puniu 21 trabalhadores, dois foram despedidos

Vinte e um profissionais de saúde foram sancionados pela Inspecção-Geral das Actividades em Saúde (IGAS) no ano passado, no âmbito de processos disciplinares. Dois deles acabaram por ser despedidos e sete foram suspensos, revela o balanço provisório de actividade que a instituição acaba de divulgar no seu site, sem adiantar mais detalhes sobre estes casos. Estes funcionários do Serviço Nacional de Saúde (SNS) tiveram ainda de repor mais de 154 mil euros de que se apropriaram indevidamente.

Os restantes foram multados (dez) e três mereceram uma repreensão escrita. A maior parte das sanções (15) ficaram a dever-se à acumulação indevida de funções, mas há também o caso de um funcionário que mereceu uma sanção por ter

sido acusado de assédio sexual e outro por apropriação indevida de dinheiro.

A maioria dos profissionais a quem a IGAS aplicou sanções eram médicos (14), seguindo-se os técnicos de diagnóstico e terapêutica (cinco). Num outro documento em que se faz o balanço das acções disciplinares de natureza repressiva, no período entre 2012 e 2015, foram instaurados 68 processos disciplinares que levaram à aplicação de sanções em mais de metade dos casos. Neste total, 10% foram despedidos e 28% suspensos.

Voltando ao balanço provisório de actividade de 2015, a IGAS, que desde o ano passado é dirigida por uma procuradora, faz também referência a “mais de uma dezena de processos de natureza disciplinar

relacionados com o acesso ou assistência médica/erro médico”. Destaque merecem igualmente os processos por não cumprimento do “tempo alvo” para atendimento de doentes com pulseira amarela nas urgências (estes pacientes devem ser atendidos no máximo ao fim de uma hora, por serem considerados casos urgentes).

Fazendo o balanço das várias acções previstas para 2015, a IGAS revela que foram concluídas inspecções sobre fraudes com implantes cocleares e acções de combate ao desperdício. Mas há acções que estavam previstas e foram canceladas, como uma sobre horas extraordinárias e outra sobre terapêuticas não convencionais.

A IGAS fez igualmente uma auditoria sobre o circuito do medicamento no ano passado.

Paulo Macedo admitia que o montante só da fraude na Saúde pudesse ser superior a 6% do total da despesa total no sector, como indicam estimativas internacionais. Nessa altura, apenas na área do medicamento, um balanço permitiu concluir que, entre Setembro de 2012 e Maio de 2015, foram conferidas facturas que somavam oito mil milhões de euros e detectadas facturas num total de 372 milhões de euros com indícios de fraude e corrupção. Neste âmbito, foram produzidos e enviados para investigação 416 processos que resultaram no levantamento de 60 inquéritos.

Outra área em que Adalberto Campos Fernandes acredita ser possível diminuir também a despesa é a das urgências hospitalares. O objectivo já anunciado de reduzir em 10% o número de “urgências inapropriadas” ainda este ano (menos 640 mil episódios) permitirá poupar cerca de 60 milhões de euros, segundo disse. A ideia é usar este montante para dar resposta a necessidades prementes, como a da contratação de médicos e enfermeiros para os centros de saúde. O ministro voltou a lembrar, a propósito, que Portugal é o país da OCDE que regista o maior número de urgências hospitalares *per capita* por ano – mais de seis milhões de urgências –, realidade que classificou como “inadmissível”.

Na conferência de ontem adiantou ainda que o Governo vai mesmo avançar com a criação mais Centros de Responsabilidade Integrados (CRI) para replicar o exemplo do centro de cirurgia cardiotorácica do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, liderado por Manuel Antunes.

“Vamos querer instalar entre seis a oito centros de responsabilidade integrados, a que chamamos ‘nova geração’”. No fundo, são células que metastizam beneficentemente o Serviço Nacional de Saúde, criam blocos de produtividade, de criatividade e de competência”, explicou. Estes centros – em que os profissionais recebem incentivos e são pagos pelo desempenho – permitem aos médicos aliar as actividades de “investigação, ensino e formação”. À margem da conferência, deixou a garantia de que vai avançar com o novo hospital de Lisboa e os hospitais de Évora e do Seixal, nesta legislatura.